

e do adolescente de no mínimo três anos” para “comprovação de experiência na área da criança e do adolescente de no mínimo três anos, a ser regulamentada em Edital”. Ao Art. 33 e seu parágrafo único, aplicam-se as alterações já deliberadas no início da reunião. Fica aprovado o Capítulo VII com as alterações. Capítulo VIII: a conselheira Milda sugere complementação do Art. 36. O pleno delibera pela seguinte redação: de “Compete à Comissão Especial do Processo de Escolha dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão, candidato, organização da sociedade civil ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação da relação dos candidatos habilitados, apresentar pedido de impugnação de candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos em petição fundamentada dirigida a Comissão Especial do Processo de Escolha, sendo vedada o anonimato e acompanhada dos elementos probatórios” para “Compete à Comissão Especial do Processo de Escolha dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão, candidato, organização da sociedade civil ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação da relação dos candidatos habilitados, apresentar pedido de impugnação de candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos em petição fundamentada dirigida a Comissão Especial do Processo de Escolha, sendo vedada o anonimato e acompanhada dos elementos probatórios”. A conselheira também propõe alteração do texto do Art. 39. O pleno delibera pela alteração de “Julgadas em de?nitivo as impugnações das candidaturas, o CDCA/DF publicará no DODF a relação dos candidatos com registros deferidos, os quais serão submetidos às próximas etapas, encaminhando cópia do processo de inscrição com suas respectivas anotações ao representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios” para “Julgadas em de?nitivo as impugnações das candidaturas, o CDCA/DF fará publicar no DODF a relação dos candidatos com registros deferidos, os quais serão submetidos às próximas etapas”. Fica aprovado o Capítulo VIII com as alterações. Capítulo IX: a conselheira Milda sugere complementações aos incisos III e VII do Art. 44. O pleno delibera pela alteração das redações: Inciso III – de “o uso no material impresso de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas pelos órgãos do governo do Distrito Federal, empresas privadas ou pelos partidos” para “o uso no material impresso de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas pelos órgãos do governo do Distrito Federal, empresas privadas, parlamentares ou pelos partidos”. Inciso VII – de “a campanha eleitoral em prédios públicos, entidades de atendimento Distritais ou Federais, igrejas e entidades da sociedade civil” para “a campanha eleitoral em prédios públicos, entidades de atendimento Distritais ou Federais, igrejas, templos e entidades da sociedade civil”. A conselheira destaca também o Art. 48. O pleno delibera pela alteração do texto, de “Qualquer cidadão, desde que fundamentado documentalmente, poderá dirigir denúncia à Comissão Especial do Processo de Escolha do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal sobre a existência de propaganda irregular, sendo vedado o anonimato” para “Qualquer cidadão, desde que apresente elementos probatórios, poderá dirigir denúncia à Comissão Especial do Processo de Escolha do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal sobre a existência de propaganda irregular, sendo vedado o anonimato”. Fica aprovado o Capítulo IX com as alterações. Capítulo X: a conselheira Milda faz uma observação sobre o Art. 66. O pleno delibera pela complementação do texto, de “Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos ?scalizadores de exercício pro?ssional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto)” para “Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos ?scalizadores de exercício pro?ssional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro válido; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto)”. Fica aprovado o Capítulo X com as alterações. Capítulo XI: o pleno delibera pela aprovação do capítulo XI sem alterações. Capítulo XII: o pleno delibera pela aprovação do capítulo XII sem alterações. Capítulo XIII: o pleno delibera pela aprovação do capítulo XIII sem alterações. Capítulo XIV: a conselheira Milda faz uma observação sobre o Art. 98. O pleno delibera pela inclusão de um parágrafo segundo, com a seguinte redação: “§2 Persistindo o empate, deverá ser observada como critério de desempate a maior nota na prova de conhecimentos específicos”. Fica aprovado o Capítulo XIV com as alterações. Capítulo XV: o pleno delibera pela aprovação do capítulo XV sem alterações. Aprovada a resolução com as considerações feitas. Encaminha-se para publicação. O Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, Dr. Mauricio Carvalho, faz uma breve participação, informando a todos que a Secretaria está realizando estudos prévios, sob a égide da Justiça Eleitoral, e se firmando nas experiências anteriores para mitigar possíveis problemas e melhorar o atual processo. Informa também que o Conselho será inteirado conforme a evolução desses estudos. Item 3 – Distribuição de processos: Processo nº 00417-00044771/2018-36 – Rede Solidária Juntos Faremos Mais, entregue ao Conselheiro do Coletivo da Cidade- Concessão; Processo nº 00417-00005631/2017-61 – Associação Esporte e Vida, entregue ao Conselheiro da CECRIA- Concessão; Processo nº 00417-00024472/2018-85 – Associação Sociocultural São Luis do Orione do Itapoã, entregue ao Conselheiro da Secretaria de Educação – Renovação; Processo nº 00417-00028824/2018-71 – Sociedade Civil Casas de Educação, entregue ao Conselheiro da Secretaria do Esporte – Renovação; Processo nº 0417-00012266/2018-22 – Instituto SER

(Saúde, Educação e Recuperação), entregue ao Conselheiro do SINPROEP/DF – Concessão; Processo nº 00417-00034683/2018-26, Associação Brasileira de Autismo, Comportamento e Intervenção – ABRACI/DF, entregue ao Conselheiro da Abrace – Renovação. Item 4 – Encaminhamentos: Publicação da resolução do processo de escolha dos conselheiros tutelares para o quadriênio 2020-2023.

ADRIANA BARBOSA ROCHA DE FARIA

Presidente do Conselho

ATA DA 59ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e dezenove, no auditório da Secretaria de Estado de Justiça do DF, Brasília/DF, às nove horas, ocorreu abertura oficial da 59ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a Presidência da Sra. Adriana Barbosa Rocha Faria. Representantes Governamentais presentes: Demontê Alves Batista Filho como representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF – SEJUS/Direitos Humanos; Cláudia Ferreira de Maya Viana como representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF; Jaqueline Domingues de Aguiar e Daniela Gomes do Nascimento como representantes da Secretaria de Estado de Educação do DF; Ivana Ribeiro Novaes como representante da Secretaria de Saúde do DF; João Miguel Gonzaga de Souza como representante da Secretaria de Estado de Cultura do DF; Daisy Rotativo Jansen Watanabe e Paulo Dubois Sobrinho como representantes da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF; Fabiano Carvalho dos Santos como representante da Secretaria de Estado de Juventude do DF; Adriana Barbosa Rocha de Faria e Cleidison Figueiredo dos Santos como representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF – SEJUS/Infância e Adolescência; Ana Paula Soares Marra como representante da governadoria da Casa Civil do Distrito Federal; Daniel Nazi Coelho como representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF; Júlio Cesar Lima como representante da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF; Grazielle Soares Mariano como representante da Secretaria de Estado da Mulher do DF; Eduardo Ferreira de Aguiar como representante da Secretaria de Estado de Turismo do DF; Veruska Alves de Lima e Silva como representante da Secretaria de Estado de Trabalho do DF; João Miguel Gonzaga de Souza como representante da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SECUL; Cláudia Ferreira de Maya Viana como representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDEST; Representantes da Sociedade Civil presentes: Cláudia Guimarães Leite como representante da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias – Abrace; Paulo Henrique Pereira Farias como representante da Inspeção São João Bosco – Cesam/DF; Nilson Amâncio de Lima Filho como representante da Associação Cristã dos Moços de Brasília – ACM; Gláucia de Oliveira Lima como representante do Instituto Cláudio Coelho de Tae-Kwondo/ONG Fazer Valor; Alceu Avelar de Araújo como representante do Instituto Batacur; Coracy Coelho Chavante como representante do Coletivo da Cidade; Jairo de Souza Junior como representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF – Sinproep/DF; Milda Lourdes Pala Moraes como representante do Centro de Referência, Estudo e Ações sobre Crianças e Adolescentes – Crecia; Lauro Moreira Saldanha da Silva como representante do Centro Comunitário da Criança – CCC; Juvenino Luciano Mondadori de Oliveira como representante do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultura do Governo do DF – Sindisasc/DF; Patrícia Andrade Santiago Silva Mello como representante da Aldeias Infantis SOS Brasil. Ausentes: Representante da Rede Urbana de Ações Socioculturais – RUAS; Representante da Visão Social; Representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas do DF – Sintibref/DF; Representante das Obras Sociais Centro Espírita – Irmão Áureo. Demais Participantes: Rafael de Carvalho Pullen Parente, Secretário de Estado da Educação do DF; Carla Valadares, representante do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social – CEPAS; Rosana Viegas e Carvalho, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. Item 1- Abertura: A Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente inicia os trabalhos da 59ª Reunião Plenária do CDCA/DF. Item 2 – Apresentação do Plano Distrital de Educação (participação do Secretário de Estado da Educação): A Presidente apresenta o Secretário de Estado da Educação, Sr. Rafael de Carvalho Pullen Parente, e elogia sua disponibilidade para dialogar com o Conselho e sua responsabilidade frente às questões da educação no DF. O Secretário agradece à Presidente pela oportunidade, e pede desculpas de antemão a todos informando que terá que se ausentar mais cedo devido à agenda apertada. Explica que a conselheira Jaqueline, da Educação, fará uma apresentação mais detalhada do Plano Distrital da Educação após sua saída, e propõe que os conselheiros já apresentem suas dúvidas acerca do Plano, que já foi publicizado na mídia, para um melhor aproveitamento do tempo. O Vice-Presidente Coracy inicia questionando o Secretário sobre o número de vagas nas creches do DF. Afirma que o tema tem sido uma preocupação histórica no Conselho, pois o número de vagas assegurado pela legislação ainda é muito pouco em face da demanda atual. Lembra que, no plano de governo do atual Governador, foi apresentada a proposta de construção de uma faculdade distrital, e afirma que isso é uma questão passível de debate. Tendo em vista que políticas públicas compreendem tomadas de decisão, argumenta que o DF possui uma rede de ensino superior razoável, enquanto as creches têm deficiência de vagas. Questiona ao Secretário por que não priorizar o investimento na primeira infância. Ademais, questiona ao Secretário como serão resolvidos os problemas burocráticos que envolvem a educação. Também aponta a necessidade de ampliação da rede escolar nas regiões consideradas críticas, como Estrutural, Paranoá Parque e Sol Nascente. O Secretário responde que a quarta bandeira do Plano Distrital trata da expansão das vagas

nas creches. A intenção do Plano é a construção de 40 escolas e 100 creches, conforme a demanda. Informa que as regionais mais carentes em relação a vagas são Paranoá e São Sebastião, mas que há outros lugares também extremamente carentes. Informa que, em reunião com o Ministério Público no dia anterior, estava-se tentando expandir mais ainda esse quantitativo, e que já conseguiram uma suplementação orçamentária de quarenta e três milhões de reais. Sobre a universidade distrital, afirma que a intenção do governo não é retirar recursos da Educação; os recursos para sua construção serão provenientes da FAP e de arrecadação tributária, e existe a garantia de que não serão utilizados os recursos da educação. Explica que o governo entende que há uma necessidade de expandir as vagas no ensino superior público, pois a maior parte dos professores do DF fazem cursos de Pedagogia à distância, então muitos deles não possuem a experiência e o preparo necessários para lidar com a sala de aula. Por isso, o plano é disponibilizar mais vagas de nível superior, bem como instituir uma escola superior de magistério, para uma formação mais qualificada desses profissionais. Com relação à solução das burocracias, o Secretário responde que compreende que as expectativas são altas, mas que o governador é uma liderança muito disposta a resolver rapidamente os problemas, é competente e busca técnicos da mesma competência. O conselheiro Lauro problematiza o tratamento às parcerias já existentes com as entidades conveniadas com a Secretaria de Educação. Afirma que as entidades sempre enfrentaram muitas dificuldades na relação com o governo, devido a entraves burocráticos. Informa que há problemas muito grandes a serem enfrentados, como atraso nos pagamentos, defasagem no valor per capita dos assistidos e a necessidade de reajuste desse valor, o que há muito tempo já vem sido discutido, sem resultados. Relata que as entidades que hoje atendem não têm condições de continuar o trabalho, havendo grandes chances de abandonarem o atendimento. Defende que é necessário pensar em melhorar o que já existe antes de se pensar em ampliar as vagas. O Secretário responde que tem dialogado com o CEPAS sobre essa questão, e que tem feito tentativas de resolver esses problemas. Foi apresentado um plano de aumento de 19 mil vagas nos próximos quatro anos. Segundo ele, o CEPAS e as entidades afirmam que não é possível ocorrer o aumento se não for no âmbito das parcerias. Por outro lado, o cálculo do aumento é feito com base nas regras do MROSC, considerando o limite do IPCA, o que torna complicado, do ponto de vista legal, voltar atrás e conceder um aumento sem levar em conta os entraves jurídicos do Marco Regulatório. Afirma que o governo irá reajustar no limite do possível no orçamento, mas que não há como acordar um valor que seja impossível pagar ao final do ano. Informa que o ajuste será retroativo desde janeiro. O Vice-Presidente introduz a questão da gestão compartilhada nas escolas, que considera um retrocesso. Ressalta que havia uma expectativa de inovação na educação para esse novo governo, mas que a militarização das escolas é o contrário disso. Afirma que o governo está fazendo política pública com base em um discurso fácil, de grande adesão e que está em alta no momento, mas que isso traz um custo muito alto, o que é preocupante. Questiona como essa questão está sendo abordada do ponto de vista orçamentário, e como se dará essa ampliação dos gastos. Em relação à tendência de ideação suicida e automutilação entre crianças e adolescentes, que vem sendo propagada em redes sociais, bem como às recentes ameaças de ataques a escolas, o Vice-Presidente pergunta qual a estratégia da Secretaria de Educação para lidar com o problema. Sugere que seja criado um canal oficial de verificação de informações, principalmente no que tange aos ataques a escolas, para que a população possa checar a veracidade de notícias e avisos veiculados livremente em redes sociais. Por fim, questiona como está sendo abordada a questão da gestão participativa nas escolas. O conselheiro Jairo complementa a fala do Vice-Presidente sobre a gestão compartilhada, salientando a falta de um olhar mais específico para o entorno das escolas, de integração entre a escola e a comunidade. Afirma que há diversas ferramentas que podem ser acionadas para resolver problemas, como o Conselho Tutelar, a rede de saúde, o CRAS e o CREAS, sem necessidade de acionar a polícia ou os bombeiros. Reitera que falta um olhar social como um todo, e questiona qual é a política de inserção social com a qual as escolas podem contribuir. A conselheira Patrícia chama atenção para o problema da lacuna de idade das crianças atendidas pelas creches. Ressalta que o aumento das vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos e a não inclusão das crianças de 4 a 5 anos deixa estas últimas em uma situação de extrema vulnerabilidade. Como as escolas e a rede de acolhimento só atendem crianças a partir dos 6 anos de idade, e as mães não podem deixar de trabalhar, essas crianças de 4 a 5 anos são deixadas em casa sem o amparo de maiores de idade. A conselheira defende a necessidade de se pensar em uma estratégia para garantir a assistência a essas crianças. Sobre a gestão participativa, o Secretário afirma que não há disponibilidade orçamentária para contemplar a proposta este ano. Já acerca da gestão compartilhada, alega que a mídia faz aparentar que essa é a principal política da Secretaria, o que não é verdade. Afirma que há muitas políticas e ações sendo planejadas e realizadas, como visitas às escolas, reuniões nas regionais, ampliação das comunidades de aprendizagem, escolas interculturais bilíngues, entre outras. Explica que hoje tem-se uma gestão que prioriza as políticas que afetam a aprendizagem e o pedagógico, e que o governo pretende criar diferentes tipos de escolas para atender à população. Concorda que a escola não se dissocia da sociedade. Relata que seu histórico foi de crítica ao modelo de militarização das escolas, mas que a implementação da política foi uma orientação do Governador, cuja intenção é tratá-la como uma experiência que pode trazer aprendizados. Dessa forma, desde o início procurou participar e tentar entender como funcionaria, até mesmo para criar um modelo próprio para o DF, e não uma cópia dos outros estados. Relata que, em diálogos com os diretores e professores das escolas com as quais a Polícia Militar já mantinha um diálogo prévio, percebeu que é necessário ouvir dos próprios afetados como é a realidade que os cerca. Convida os conselheiros a visitar essas escolas e escutar os profissionais e alunos, que inclusive consideram a medida bem-vinda. Destaca que algumas das regiões do DF estão entre as mais perigosas do país, e que esse problema é

mais profundo do que se imagina. Por isso, talvez uma medida como essa funcione como um choque, ainda que temporário. Além do mais, defende que a Polícia Militar tem uma vontade genuína de ajudar e reconhece que é um investimento grande devido ao número de profissionais envolvidos, mas esclarece que o recurso não provém do orçamento da Educação, e sim do Governo Federal. Lembra que existem muitas outras ações sendo conduzidas pela Secretaria, e que a gestão compartilhada não é a principal. Sobre a questão da automutilação e suicídio, informa que existe um projeto de qualidade no Gama relacionado ao tema, e a intenção é ampliá-lo a outras regiões. Afirma que a segunda bandeira do Plano Distrital, "Escolas que Queremos", trará assistência às 186 escolas em situação de maior necessidade. Acerca das vagas de creche, responde à conselheira Patrícia que a gestão pretende expandir as vagas de ensino em tempo integral para crianças de 4 a 5 anos dentro dos limites orçamentários, mas que será dada prioridade às vagas de 0 a 3 anos. O Secretário, por fim, avisa a todos que precisa se ausentar. A Presidente sugere agendar outras oportunidades para o Conselho acompanhar os temas da Educação, bem como de outras pastas. Relata que, em reunião no dia anterior entre a Secretaria de Educação, a Secretaria de Fazenda e Planejamento, o Ministério Público e o CEPAS, foi discutida a temática da ampliação das creches. Isso envolve tanto a construção de novos espaços, quanto o fomento das parcerias com as conveniadas. Houve uma proposta de estudo sobre o pagamento do valor defasado aos parceiros, e também de aumentar o valor per capita, dentro dos limites do MROSC. A Presidente concede espaço para a representante do CEPAS, Carla Valadares, compartilhar seu relato sobre essa reunião. A representante afirma que foi justo o convite ao CEPAS para participar da reunião, visto que o conselho tem papel importantíssimo na discussão. Elogia o fato de que tem havido bastante abertura para o diálogo por parte da nova gestão e reconhece uma melhora na relação com a Secretaria de Educação, porém enumera uma série de entraves que ainda precisam ser discutidos e sanados. Explica que o valor per capita atual é de 747 reais, e que, ao longo dos anos, houve aumentos nas despesas das entidades, que não foram acompanhados de reajuste nesse valor. No entanto, o reajuste, que já foi prometido e não cumprido durante a gestão anterior, não é a única preocupação do CEPAS: existem entidades que não conseguem executar todo o recurso, pois ele está atrelado a um plano de trabalho rígido, que não permite remanejamento de recursos. Defende que o próprio CEPAS, responsável pela administração das creches, deveria ter a chance de gerir os recursos recebidos da melhor forma. Conclui que o CEPAS está, sim, sendo ouvido, mas ainda não plenamente atendido em suas demandas. A Presidente, em seguida, passa a palavra à conselheira Jaqueline, que apresenta as cinco bandeiras do Plano Distrital, dando destaque a alguns pontos. 1ª – Sempre Aprender: voltado à formação dos profissionais da Educação. A EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação) foi descentralizada em 14 polos de formação, para atender aos professores de toda a rede. Busca-se divulgar as experiências exitosas das escolas e levar esses projetos às demais. O tema tem sido trabalhado todas as quartas-feiras, na chamada "Virada Pedagógica". Estão sendo realizadas, também, as "Caravanas da Educação", que são visitas às escolas de todas as regionais, às sextas-feiras. 2ª – Educação para a Paz: voltado ao desenvolvimento da cultura de paz e da cidadania com os alunos. Está em processo a atualização do regimento escolar, por parte de uma comissão formada por gestores e conduzida pela Assessora Especial do Secretário. Pretende-se incluir nessa Comissão representantes de grêmios estudantis e outras representações escolares. A bandeira compreende também, dentre outros projetos, o mapeamento das áreas escolares de maior vulnerabilidade, e a elaboração de um guia para mediação de conflitos. 3ª – Escolas que Queremos: formação de uma rede de apoio às escolas mais vulneráveis, que compreende a melhoria da infraestrutura, a resolução de problemas de gestão e recursos humanos, e a melhora dos indicadores educacionais. 4ª – Excelência para Todos: ampliação das vagas e melhoria na qualidade geral. Abrange a construção de 40 escolas e 100 creches até 2022, a criação da Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral, e a criação de escolas interculturais bilíngues, em parceria com as Embaixadas. Já foram firmadas três parcerias com Embaixadas (Espanha, Reino Unido e Cazaquistão). Em primeiro momento, as atividades bilíngues ocorrerão no contraturno, mas a proposta é de ampliação para uma educação bilíngue integral. Também há a proposta de criação de escolas vocacionadas, onde o aluno já sairá com diploma de curso técnico para se inserir no mercado de trabalho. 5ª – Inova: voltado à inovação pedagógica. Compreende o fortalecimento da área de robótica nas escolas, a criação de 14 espaços de inovação, tecnologia e educação, e instalação de internet de alta velocidade nas escolas, ação que já foi implantada na Ceilândia. Ao final da apresentação da conselheira Jaqueline, a conselheira Patrícia registra seu incômodo com a saída antecipada do Secretário de Educação, tendo em vista que a Plenária foi um compromisso agendado pelo próprio Secretário, de acordo com sua disponibilidade de horário, e justifica que não houve tempo hábil para problematizar o Plano da forma como o Conselho precisava. A Presidente reforça a sugestão de marcação de outra agenda com o Secretário para esgotar a discussão. A conselheira Jaqueline propõe estabelecer uma pauta com os temas a serem abordados, e defende que a discussão seria mais produtiva dessa maneira. A Promotora de Justiça Luísa de Marillac reitera a proposta da conselheira, de montar uma pauta com temas específicos a serem discutidos com o Secretário. A conselheira Patrícia propõe que os conselheiros encaminhem suas propostas de pauta para submissão à Comissão de Políticas Públicas, para então serem apreciados em Plenária e encaminhados à conselheira Jaqueline, que irá verificar as agendas do Secretário. A conselheira Claudia (Abrace) sugere que os encontros ocorram durante as Plenárias do CDCA. A Presidente acata as sugestões e registra que a participação do Secretário na Plenária, ainda que curta, foi proveitosa e de qualidade. O Vice-Presidente reconhece todo o empenho que vem sendo feito, mas registra a apreensão da sociedade civil com a não priorização das políticas sociais por parte do governo. Afirma que a Plenária foi importante para o início do

diálogo com o Secretário, e que nas próximas reuniões os conselheiros irão questionar se tudo que está proposto será mesmo concretizado. A presidente reconhece que essa é uma preocupação legítima, e reforça que todos estão comprometidos e tentando resolver da melhor maneira possível. A conselheira Patrícia propõe que a Secretaria de Desenvolvimento Social seja convidada para a próxima agenda, tendo em vista que é uma pasta diretamente envolvida com as questões que serão discutidas. O conselheiro Jairo traz a informação de que foi criada uma comissão para avaliar a gestão compartilhada nas escolas. Questiona quem compõe essa comissão, e salienta que seria interessante a participação da sociedade civil. A presidente propõe que esse seja um ponto a ser tratado pelo CDCA. Demais informes e deliberações: A Presidente faz algumas considerações sobre um tema muito divulgado pela mídia nos últimos dias, que foi a desativação de alguns conselhos por parte do Governo Federal. Registra seu reconhecimento pela importância da existência dos conselhos e da participação da sociedade civil na construção de políticas públicas juntamente com o governo. A Presidente aproveita a oportunidade para introduzir os dois novos integrantes da equipe da Secretaria Executiva do CDCA: Rockmenglhe Vasco Santana, como Secretário Executivo, e Amanda Leite Ferreira, como Diretora de Acompanhamento de Normas e Comissões. Cita também a iminência do concurso de remanejamento de servidores da Secretaria de Justiça e a proposta de um Edital de Chamamento de servidores para compor o quadro da Secretaria Executiva, duas medidas que aumentarão a força de trabalho e fortalecerão a estrutura do Conselho. O novo Secretário Executivo se apresenta aos conselheiros, agradece a colaboração da equipe da Secretaria Executiva e declara seu comprometimento com o trabalho e com o enfrentamento dos desafios inerentes ao cargo. Cita algumas das pautas de maior urgência no Conselho, como a realização das Conferências Regionais e o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, e pede a união e cooperação dos conselheiros na conclusão das etapas necessárias ao acontecimento desses eventos. A conselheira Patrícia agradece à Presidente pela sensibilidade de perceber a importância do bom funcionamento da Secretaria Executiva para o funcionamento do conselho. Indica a servidora Michele Sandes, que já trabalhou no CDCA por seis anos e possui interesse em retornar, para compor a equipe da Diretoria de Projetos novamente, o que contribuirá com a celeridade do processo de análise dos projetos vigentes. A conselheira Daisy elogia a equipe atual da Secretaria Executiva, em especial as servidoras Marina, Andreia, Camila e Cléria, pela prestabilidade para com os conselheiros e celeridade na atuação desde o ano passado, e reconhece o avanço nas atividades do conselho. A conselheira Claudia (Desenvolvimento Social) defende a realização de um planejamento estratégico para o CDCA, para maior organização das ações do conselho. O Secretário Executivo aponta que uma das formas de organizar melhor as atividades e suprir o déficit de pessoal é a automatização dos processos por meio de um sistema. Reforça a possibilidade da realização de deliberações por meio de plenário virtual, que estabeleça integração com o SEI para que o trabalho seja unificado, o que gerará ganho de tempo e agilidade, e redução de custos. Pensando nesse conjunto como um todo, se compromete a apresentar essa proposta, bem como uma proposta de implementação de cursos de formação à distância para entidades da sociedade civil no que tange à apresentação de projetos junto ao CDCA, e também formação para os servidores da Secretaria Executiva, para auxiliar no treinamento para o trabalho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às onze horas e trinta minutos, a presente ata foi lavrada por Amanda Leite Ferreira – Diretoria de Normas e Comissões do Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente – CDCA/DF que vai assinada pela presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ADRIANA BARBOSA ROCHA DE FARIA
Presidente do Conselho

ATA DA 60ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Ao décimo quarto dia do mês de maio de dois mil e dezenove, no auditório da Secretaria de Estado de Justiça do DF, Brasília/DF, às nove horas, ocorreu abertura oficial da 60ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a Presidência da Sra. Adriana Barbosa Rocha Faria. Representantes Governamentais presentes: Demontê Alves Batista Filho como representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF – SEJUS/Direitos Humanos; Cláudia Ferreira de Maya Viana como representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF; Jaqueline Domingues de Aguiar e Daniela Gomes do Nascimento como representantes da Secretaria de Estado de Educação do DF; Ivana Ribeiro Novaes como representante da Secretaria de Saúde do DF; João Miguel Gonzaga de Souza como representante da Secretaria de Estado de Cultura do DF; Daisy Rotativo Jansen Watanabe e Paulo Dubois Sobrinho como representantes da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF; Fabiano Carvalho dos Santos como representante da Secretaria de Estado de Juventude do DF; Adriana Barbosa Rocha de Faria e Cleidison Figueiredo dos Santos como representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF – SEJUS/Infância e Adolescência; Ana Paula Soares Marra como representante da governadoria da Casa Civil do Distrito Federal; Daniel Nazi Coelho como representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF; Júlio Cesar Lima como representante da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF; Grazielle Soares Mariano como representante da Secretaria de Estado da Mulher do DF; Eduardo Ferreira de Aguiar como representante da Secretaria de Estado de Turismo do DF; Veruska Alves de Lima e Silva como representante da Secretaria de Estado de Trabalho do DF. Representantes da Sociedade Civil presentes: Cláudia Guimarães Leite como representante da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias – Abrace; Paulo Henrique Pereira Farias como representante da Inspecção São João Bosco – Cesam/DF; Nilson Amâncio de Lima Filho

como representante da Associação Cristã dos Moços de Brasília – ACM; Gláucia de Oliveira Lima como representante do Instituto Cláudio Coelho de Tae-Kwondo/ONG Fazer Valor; Alceu Avelar de Araújo como representante do Instituto Batacar; Coracy Coelho Chavante como representante do Coletivo da Cidade; Jairo de Souza Junior como representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF – Sinproep/DF; Milda Lourdes Pala Moraes como representante do Centro de Referência, Estudo e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA; Lauro Moreira Saldanha da Silva como representante do Centro Comunitário da Criança – CCC; Juventino Luciano Mondadori de Oliveira como representante do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultura do Governo do DF – Sindisasc/DF; Patrícia Andrade Santiago Silva Mello como representante da Aldeias Infantis SOS Brasil. Ausentes: Representante da Rede Urbana de Ações Socioculturais – RUAS; Representante da Visão Social; Representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do DF – Sintibref/DF; Representante das Obras Sociais Centro Espírita – Irmão Áureo. Ausência justificada: Milda Lourdes Pala Moraes representante do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA. Demais Participantes: Rafael de Carvalho Pullen Parente, Secretário de Estado da Educação do DF; Carla Valadares, representante do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social – CEPAS; Rosana Viegas e Carvalho, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. Item 1- Abertura: A Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente inicia os trabalhos da 60ª Reunião Plenária do CDCA/DF. Item 2 – Apresentação do Secretário de Desenvolvimento Social: A Presidente apresenta o Secretário de Estado e Desenvolvimento, Sr. Eduardo Zaratz, e elogia sua disponibilidade para dialogar com o Conselho enfatizando a importância do diálogo construtivo. Esclarece os outros pontos de pautas que serão tratados após a apresentação do Secretário da SEDES, e pontua as regras de fala. O Secretário agradece à Presidente pela oportunidade. Se sente honrado de estar dialogando com os Conselheiros, esclarece que tem tido diálogo com a infância. Enfatiza a importância do diálogo, e entende a gravidade do que ocorre nas UNACS. Compreende que o Brasil está em fases difíceis, não só no pensamento ideológico, mas também o que é encontrado na pasta da Assistência Social Ressalta que nunca viu tamanho desmantelamento da máquina como está ocorrendo no Distrito Federal. Relata que tem diálogos com o Governador do Distrito Federal e a Casa Civil para tentarem melhorar as situações, e sabe que respostas efetivas as situações devem ser dadas. Pontua a surpresa pela situação após a visita do Ministério Público às UNACS. Esclarece que estão restaurando a autonomia e até mesmo empoderando as unidades, e acredita que o decreto pode ser equivocado. Têm consciência da situação delicada de material humano, existindo uma venda de escala de plantão ou outras situações graves que acontecem, e relata os cargos congelados por conta do problema que extrapola a Lei Fiscal. Menciona que os cargos serão restituídos a partir de Setembro, e que está em conversa com a Fazenda e o Ministério Público para a contratação de serviços temporários até que sejam entregues os concursados do concurso em andamento. Informa que também está tendo problema com o CRAS. O Secretário começa a relatar sobre a questão de escala presente, entende que o nível de escala deve existir e que a mesma será regulamentada, e informa que o Governador autorizou a retomar a discussão de avançar de 30 horas para 40 horas novamente. O NOB-RH deixa claro que a casa suportaria 20 pessoas, onde a portaria do final do ano passado já foi revogada e está sendo construída uma nova, informa também que outro lugar está sendo procurado, um mais adequado. O Secretário valida e demonstra a satisfação com a atuação do Ministério Público. Explana também um problema de comunicação na administração pública, e que quer evitar atritos com a esfera Federal, e mantendo um diálogo com a esfera local. Relata que conseguiram colocar os jovens no Centro de Juventude, e que a ideia é aproximá-los do centro; a promotora Luísa relata que a situação da UNAC como um todo não é uma situação grave agora, e estabelecer o que se trata de uma política que se aperfeiçoou durante o tempo, o que foi fazendo que o equipamento do estado ficasse com situações mais complexas e com o tempo não foram dando conta. Explana que o perfil de crianças que o estado acompanha são os mais complexos, e que esse perfil de adolescente requer do estado um aperfeiçoamento na forma de atender, e não é só na assistência. Do abrigo a sua interface com os demais. Acredita na importância uma inspeção e após a mesma, percebeu-se uma demanda por parte do CDCA para fazer uma nova visita. Com a visita presenciaram situações que necessitam uma lente de aumento, pois estão perdendo pessoas, encontram situações que afetam o adolescente e os demais que estão no serviço. A promotora traz estratégias e pontua a necessidade de visibilidade cuja a questão não está só localizado na SEDES, e sim que deve existir um trabalho de perspectiva que acriança e adolescente é uma corresponsabilidade de todos, se não existir um trabalho articulado com as demais áreas, dificultará as coisas. Relata também que o Ministério Público está chamando uma Audiência Pública para tornar visível essa situação para as outras instituições da rede; o Secretário pontua que existe um diálogo estreito com a saúde, que existe uma possibilidade de equipes da saúde da família dentro das UNACS, houve diálogo juntamente a Secretaria Adjunta da Saúde e a Diretora de Saúde Mental; a promotora Luísa explana que precisa-se de nomeações, e que o objetivo maior na reunião do Ministério Público é a solicitação para o Governo sobre as nomeações dos gestores da cadeia da política de acolhimento; a conselheira Patrícia relata que foi feita uma minuta de resolução que trazia alguns compromissos que seriam firmados com a Secretaria. A conselheira fala sobre a apresentação de um plano de ação que venha com metas, prazos, responsáveis e quanto será necessário, e que não se sente contemplada pela fala do Secretário já que não foi abordado prazos por exemplo. Questiona como se fala sobre contrato de tempo determinado se não tem recursos, que crianças e adolescentes estão em situações de alta complexidade e com direitos violados. Questiona qual o prazo para essa